

Parlamentares não convencem

RAQUEL CÂNDIDO SE COMPLICA, ALEXANDRE COSTA DÁ DEPOIMENTO CONFUSO E PAULO PORTUGAL NÃO EXPLICA IRREGULARIDADES.

A deputada Raquel Cândido (PTB-RO), em seu depoimento ontem à subcomissão de subvenções sociais da CPI do Orçamento, fugiu das perguntas, chorou, teve uma crise de tosse e uma discussão com a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). Dificilmente, no entanto, deixará de ter sua cassação sugerida no relatório final da CPI por desvio de US\$ 2,6 milhões destinados para o seu Instituto de Desenvolvimento Po-

lítico e Social Eva Cândido, que leva o nome da mãe da deputada. "Ela está numa situação muito delicada", disse o deputado Luiz Máximo (PSDB-SP).

O Instituto Eva Cândido produz uniformes e mochilas com propaganda da deputada. No depoimento, Raquel admitiu que usa o instituto para "dividendos políticos" e considerou isso normal: "Para ser independente e não depender do dinheiro de emprei-

teiras ou do narcotráfico".

O ex-ministro da Integração Regional, senador Alexandre Costa (PFL-MA), também prestou um depoimento confuso ontem à CPI e defendeu funcionários públicos acusados de pertencer ao esquema de manipulação de verbas. O ex-ministro negou ter recebido propina de empreiteiras e revelou ter uma aplicação financeira que lhe rende o suficiente para pagar o salários de todos os 80

senadores. Nos últimos cinco anos, Costa movimentou US\$ 1,2 milhão.

O ex-ministro foi convocado por ter sido citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos. "Não sou psiquiatra para saber o que se passa na cabeça de um louco", reagiu Costa, negando qualquer relação com o ex-assessor.

Em outro depoimento de ontem, o deputado Paulo Portugal (PDT-RJ) não conseguiu conven-

cer os integrantes da CPI de que não é o responsável pela liberação, nos últimos quatro anos, de US\$ 1,419 milhão para a Sociedade de Proteção à Infância de Bom Jesus de Itabapoana (RJ). Conforme auditoria do TCU, a Sociedade, fundada por Portugal em 1988, apresenta inúmeras irregularidades. Mesmo tendo oferecido a quebra de seu sigilo bancário, Portugal corre o risco de ser incluído na lista de cassados.